



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Órgão: Assembleia Intermunicipal da CIMLT

ATA Nº: 4

21 de Novembro 2018

Assunto: Sessão Ordinária

Início da sessão: 21h15 horas

Términus da sessão: 00h15 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino

Vice-Presidente da Mesa: Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes

Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha



Handwritten signatures in red and blue ink.

-----ATA N.º 4 -----

--- Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aplicável por determinação do artigo 104.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a) do artigo 84.º do mesmo normativo, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: José Francisco Correia Afonso Marouço, Gustavo Gaudêncio da Costa, Carlos Manuel Russo Mota, José Manuel Coutinho Lopes, Fernando Rodrigues Louro, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, José Luís Marques dos Santos, António José Fonseca Nobre, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Irina Noel Matias Batista, Nuno Miguel Martins Pires, Filipe Serrano de Oliveira, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Augusto Gonçalves Parreira, José Augusto Santos de Jesus, Catarina Maria Lagarto Marques, Francisco Manuel Miguel Colaço, Pedro Miguel Martins Braz, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Artur Fernando Salgado, Ana Teresa de Sousa David, Luís Alberto Ferreira, Victor Manuel da Guia, Alam Pereira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Telma Filipa Oliveira Simões, Manuel António dos Santos Afonso, Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes, Dina Maria Gomes Rocha, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco e André Filipe Arraia Gomes. -----

--- Faltaram à sessão Vera Lúcia Bráz dos Santos, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Antónia Maria Falcão Mirnada Manso Corrêa, Carlos Fatia Tezo e Cristina Maria Milhano Pintão de Campos, não tendo sido substituídos.-----

--- Apresentaram justificação de falta Vera Lúcia Bráz dos Santos.-----

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata. ----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia.-----



Handwritten signatures in red and blue ink.

- Ordem do Dia:-----
- 1. Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal;-----
- 2. Apreciação e votação de proposta da Conferência de Representantes dos Grupos da Assembleia Intermunicipal da CIMLT para alteração do artigo 39.º do Regimento da Assembleia Intermunicipal;---
- 3. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2017;-----
- 4. Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2018 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----
- 5. Apreciação e Votação de Orçamento para 2019, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2019-2022 e Mapa de Pessoal para 2019 e de Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2019-2022;-----
- 6. Apreciação e Votação de Proposta de Segunda Revisão ao Orçamento para 2018, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2018-2021, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas.-----
-
- Não estando presente na sessão a senhora Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Cristina Maria Milhano Pintão de Campos (PSD), a mesma foi substituída na Mesa por Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes (PSD). Tendo a CDU solicitado a substituição do Secretário da Mesa, usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Madelino (PS)**, questionando a Assembleia se havia propostas para ser preenchido o lugar de Secretário. Tendo o PS informado que tinha uma proposta para apresentar, o senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT solicitou que o PS apresentasse essa proposta, para ser posta à votação.-----
- Usou da palavra a senhora **Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, solicitando, em nome do PS, que fosse colocada à votação o nome da senhora Deputada Dina Maria Gomes Rocha, para o cargo de Secretária da Mesa.-----
- Submetida à votação o nome da senhora Deputada Dina Maria Gomes Rocha para o cargo de Secretária da Mesa, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----
- Votos a Favor: 25;-----
- Votos Contra: 1;-----
- Abstencões: 9.-----



--- Assim, a Mesa da sessão ficou constituída da seguinte forma: Presidente da Mesa - Francisco Caneira Madelino (PS); Vice-Presidente da Mesa - Gustavo Gaudêncio da Costa (PS); Secretário da Mesa - Dina Maria Gomes Rocha (PS).-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, apresentando a Recomendação “Redução dos passes sociais de transportes públicos para os utentes da Lezíria do Tejo” – “Milhares de pessoas da região deslocam-se diariamente para fora dos seus concelhos. Dentro da Lezíria do Tejo ou mesmo entre concelhos do Distrito de Santarém, mas sobretudo para outros distritos da região, em particular Lisboa. Se muitos o fazem de automóvel, contribuindo diretamente para o fluxo de trânsito em Lisboa, muitos recorrem aos transportes públicos, nomeadamente ao comboio. Constata-se, porém, que esta opção é bastante dispendiosa, sobretudo quando comparada em termos de proporcionalidade temporal e monetária com as viagens entre os distritos de Setúbal e Lisboa ou com as deslocações dentro da Área Metropolitana de Lisboa. Apesar da discriminação atual em matéria de preços de passes sociais entre quem vive na Área Metropolitana de Lisboa e quem vive no distrito de Santarém, o Governo apresentou uma iniciativa que tem como objetivo baixar mais os custos dos passes sociais nas áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto sem precaver o acentuar do fosso discriminatório já existente para com outras regiões, como a Lezíria do Tejo. A título de exemplo veja-se que, em comboios rápidos – Alfa e Intercidades (IC) – as viagens têm uma duração de 38 (Alfa) e 42 minutos (IC) entre Santarém e Lisboa. Nestes casos, o preço médio dos bilhetes de Santarém/Lisboa é de 13.40 euros no IC e de 22 euros no Alfa. Já entre Cascais e Lisboa as viagens têm a duração de 40 minutos e um custo de 2.25 euros; e entre Sintra e Lisboa, demoram 36 minutos e custa 2,25 euros. Estas pessoas pagam de passe em média 60 euros. Mais injusta é a diferença entre alguém que vive na Azambuja que paga de passe 55 euros para ir diariamente para Lisboa, mas se viver a 12 km de distância e apanhar o comboio no Cartaxo já paga 165 euros de passe. Quando falamos em passe social, este tem um custo mensal para o percurso Santarém/Lisboa de 161€ (Regional) e de 235,20€ (Intercidades). O mesmo passe entre Azambuja (limite da Área Metropolitana de Lisboa) e Lisboa custa 55 euros. Importa também salientar que não é possível combinar um “Passe Regional” da CP (de Santarém/Lisboa) com um passe da cidade de Lisboa, o que parece não fazer qualquer sentido, uma vez que existe essa possibilidade nos transportes que servem a Margem Sul e Linha de Sintra. Quem tem um passe da CP regional vê-se, pois, obrigado a comprar um segundo passe para circular na capital o que desincentiva a utilização de transporte público. Pode-se, pois, concluir que quem vive em Santarém e



utiliza o comboio para chegar à capital, demora provavelmente o mesmo tempo que quem vive em Cascais ou em Sintra, muito embora gaste mais 300% pela compra do passe social. Acresce que, os concelhos da Lezíria do Tejo são, cada vez mais, objeto de movimentos pendulares diários para Lisboa, uma vez que o aumento exponencial do preço da habitação em Lisboa tem promovido ainda mais a opção de viver fora da capital, onde o custo de vida é mais baixo. Acreditamos que, se o preço dos transportes públicos, sejam ferroviários ou rodoviários, entre os concelhos da Lezíria do Tejo e Lisboa (excluindo Azambuja pelo facto de se enquadrar na Área Metropolitana de Lisboa) for mais acessível, estes tornam-se uma alternativa bastante competitiva para os nossos concidadãos que se deslocam diariamente entre os nossos concelhos e Lisboa. Além de se reduzir o fluxo de trânsito automóvel, melhorava-se a qualidade de vida destas pessoas e atraía-se mais gente para viver no Ribatejo. Não podemos, também, esquecer-nos que temos muitos estudantes universitários que fazem este percurso diariamente ou, em alternativa, procuram arrendar um quarto em Lisboa. Com preços mais baixos nos transportes públicos, a opção de regressar a casa é muito mais elevada. Ciente desta factualidade, a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, propõe a redução dos passes sociais dos transportes públicos para os utentes dos municípios da Lezíria do Tejo, quer para os que se deslocam para a capital, mas também para os que se deslocam para outros concelhos na região. Importa referir que nada nos opõe à redução dos passes sociais nas áreas metropolitanas, apenas vimos desta forma pedir justiça e não discriminação. A redução do valor dos passes deve ser estendida às restantes regiões do país. A reduzir-se apenas para as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, estar-se-á a acentuar a discriminação já existente. Tendo em conta que os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente têm, até 31 de janeiro de 2019, de determinar por despacho a forma de distribuição do financiamento pelas áreas metropolitanas e pelas comunidades intermunicipais, a Assembleia Intermunicipal da Lezíria recomenda ao Conselho Intermunicipal da CIMLT que pugne pela efetiva concretização da redução dos passes sociais para os utentes dos municípios da Lezíria do Tejo. Nos termos da al. b) do artigo 14º do Regimento da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, bem assim como al. e) do artigo 84º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, os eleitos do PSD na Assembleia Intermunicipal de Santarém apresentam nesta assembleia a presente recomendação que deverá ser remetida, pela Mesa, ao Conselho Intermunicipal para os efeitos previstos na al. j) do artigo 90º do Regime Jurídico das Autarquias Locais”.

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, referindo que o PS concordava com o princípio da Recomendação do PSD, que era uma mobilidade mais sustentável, nomeadamente através da metodologia do passe social. Lembrou também que estava naquele



momento a ser realizado um estudo de mobilidade, para conhecer hábitos e padrões de mobilidade da população da Lezíria do Tejo. Só conhecendo de uma forma mais precisa os padrões da mobilidade é que se poderia ter uma definição em concreto daquelas que seriam as medidas e as políticas públicas para esses padrões de mobilidade. Mas a base e o princípio de uma mobilidade mais sustentável, cada vez mais através dos transportes públicos, de preferência através de linha férrea, era um princípio e uma base que o PS concordava. Porém, de acordo com a senhora Deputada, era preciso dizer que nesta matéria, e até como referia a própria Recomendação, havia uma possibilidade e uma viabilidade de ser negociado com o Governo, no âmbito das verbas de transferências da Mobilidade, a opção de Santarém na Lezíria do Tejo, e a opção do Entroncamento no Médio Tejo. Portanto, tendo em conta que estas eram questões tratadas naturalmente com o Conselho Intermunicipal da CIMLT e com o Governo, e sabendo que o que o PS defendia era que devia ser suportado pelo Governo e não pelos munícipes da Lezíria do Tejo, a senhora Deputada pediu ao senhor Presidente do Conselho Intermunicipal que indicasse o ponto de situação sobre esta matéria, o que tem sido feito e se estava previsto algum tipo de entendimento com o Governo, nomeadamente com a Secretaria de Estado responsável. Lembrou ainda que o PS já tinha vindo a público diversas vezes defender esta medida.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado André Filipe Arraia Gomes (CDU)**, referindo que este era sem dúvida um tema pertinente. Era também salutar verificar que o PSD assumia a necessidade de redução do preço de passes. Pena apenas não o ter feito quando tinha sido Governo e tinha tido chance para tal. Pena até ter tomado o caminho contrário. Mas era sempre tempo de melhorar. Dada a pertinência deste tema, o senhor Deputado informou que a CDU iria votar favoravelmente esta Recomendação, por entender que havia uma necessidade para as populações. Terminou a sua intervenção, referindo também que o último parágrafo parecia não fazer muito sentido. Parecia estar um pouco deslocalizado, tendo em conta o parágrafo que o antecedia, que parecia ser o parágrafo mais conclusivo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, dizendo que o BE tem defendido propostas semelhantes à Recomendação apresentada pelo PSD. Também entendia que as políticas de mobilidade têm de favorecer a região e estender o aspeto suburbano ferroviário até ao Entroncamento. No entanto, havia também a questão da necessidade de investimento público nas políticas de transporte ferroviário, que não tem sido feito. Na opinião do senhor Deputado, a troika tinha destruído a economia e havia no momento uma política de contenção tremenda no investimento público, tanto nos transportes, como na saúde ou na educação. Entendia também que devia ser defendido um investimento grande no transporte ferroviário, porque ele careceu durante



Handwritten signatures in red and blue ink.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, referindo que esta tinha de ser uma política nacional de conjunto. Esta questão de tentar responsabilizar as autarquias por determinadas despesas e investimentos era uma espécie de Descentralização, que não era a mesma coisa que Regionalização. Querer despachar estas despesas para as câmaras não só era incomportável, como era demagogo da parte do Governo Central. Esta articulação, de acordo com o senhor Deputado, seria uma articulação nacional. Pena que não houvesse uma Regionalização real, para que tal tivesse outro impacto a nível regional.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, clarificando que a leitura que a CDU tinha feito da Recomendação não remetia em momento algum para os municípios pagarem o que quer que fosse, mas sim a Administração Central. Se o entendimento dos proponentes era outro, era óbvio que a posição da CDU também se alterava.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, dizendo que também não depreendia isso, mas que ficasse clara a posição do Conselho Intermunicipal. Na opinião do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, aquilo que iria acontecer era que um conjunto de Câmaras da Área Metropolitana de Lisboa iria passar a estar disponível para colocar verbas delas para baixar os passes. E que não houvesse a tentação de alguém vir pedir o mesmo às Câmaras da Lezíria, que têm uma completa desigualdade em termos financeiros, relativamente a estas Câmaras.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, referindo que, em relação a esta Recomendação, aquilo que os proponentes pretendiam era debruçar-se sobre a questão da redução dos passes sociais, porque esta era uma questão que estava na ordem do dia. Tinha como objetivo claro esbater a discriminação entre as regiões, obviamente alicerçada no Estado central. Em momento algum tinham proposto que fossem as Câmaras a fazer este suporte. De acordo com o senhor Deputado, o PSD pugnava por esta justiça social, que devia ser obviamente sustentada pela administração central. Disse também aos senhores Deputados do PS que esta Recomendação era apenas para a redução dos passes sociais e para esbater a discriminação. Respondendo à opinião do senhor Deputado Nuno Antão (PS), que tinha apelidado a Recomendação de redutora, o senhor Deputado referiu que obviamente que teriam de escrever muitas mais páginas se quisessem falar sobre todas as questões da mobilidade. Aproveitou para questionar como estava a decorrer o Inquérito à Mobilidade. Disse também que o parágrafo final formalizava aquilo que era a Recomendação nos preceitos legais. Mas se os senhores Deputados entendessem que se devia retirar não tinha nada contra. Uma vez aprovada, se assim fosse o caso, obviamente que a mesma deixaria de ser uma Recomendação dos eleitos do PSD na Assembleia Intermunicipal, mas uma



anos de uma gestão competente e tem carecido da ausência de políticas sustentáveis de investimento da ferrovia. Havia, de acordo com o senhor Deputado, um desleixo no transporte ferroviário no país. Em termos de economia, de ecologia, de poupança, este deveria ser um meio de transporte a ser objeto de um investimento grande e profundo das políticas públicas. O senhor Deputado referiu ainda que no Cartaxo, na Assembleia Municipal, tinha sido eleito um grupo que ia acompanhar a questão da mobilidade no Concelho. Esse grupo pensou também entroncar o seu trabalho com o trabalho feito pela CIMLT e pelas autarquias circundantes, no sentido pensar na melhor mobilidade que sirva as populações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, dando as boas-vindas ao PSD, porque há 4 anos atrás as propostas que apresentavam eram, por exemplo, o fim do subsídio de Natal. Prosseguiu dizendo que esta Recomendação acabava por ser redutora no que dizia respeito a políticas de acessibilidades da Lezíria do Tejo e Distrito de Santarém. Na opinião do senhor Deputado, talvez fosse bom ser possível aceitar a proposta do PSD, mas podendo a Assembleia Intermunicipal da CIMLT ter uma reflexão mais profunda sobre estas questões.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, considerando que mobilidade e transportes coletivos eram duas faces da mesma moeda, que no fundo era a moeda da qualidade de vida e do desenvolvimento económico sustentável. A mobilidade e a possibilidade de alargamento da coroa que possibilite a deslocação e interdeslocação entre Lisboa e os municípios da CIMLT apenas faria ganhar o desenvolvimento do País no seu todo. Assim, o senhor Deputado disse ser favorável à Recomendação e propôs apenas que fosse retirado o último parágrafo da Recomendação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que o Conselho Intermunicipal da CIMLT não tinha nada a opor relativamente a esta medida. Aliás, tinha sido solicitado, no âmbito do Plano Nacional de Investimentos 20-30, que a CIMLT indicasse um conjunto de investimentos estratégicos e prioritários, e lá estava o alargamento do passe até Santarém. Na opinião do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT até devia ser até ao Entroncamento, mas estava a falar apenas da Lezíria do Tejo. Por outro lado, havia algo que tinham que ter em atenção. Não era possível que as Câmaras viessem a pagar estes custos diretamente. Não era da responsabilidade das Câmaras e elas nem o conseguiam fazer, porque eram valores completamente incomportáveis. O senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT disse ser totalmente a favor da medida, desde que não se entrasse em demagogias. Se queriam ter pessoas fora das grandes cidades, com benefícios para todos, tinha de ser com medidas destas, mas não podiam ser as câmaras a pagar, nem a CIMLT conseqüentemente.--



Recomendação da Assembleia Intermunicipal de Santarém.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, questionando o proponente sobre o seguinte: quem paga o passe social; se os movimentos pendulares (Alfa) são iguais; se propõem passe social onde não há transportes ferroviários e há rodoviários, por exemplo, privados; porque é que vão todos para Lisboa e não vêm para fora.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, informando que o Inquérito à Mobilidade deveria estar pronto até ao final do ano e ainda não havia resultados para mostrar. Enquanto cidadão e contribuinte, o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT disse ficar sempre muito descontente com o facto de, na área da mobilidade, para não falar de outras, ser alvo de discriminação. Obviamente que não queria ter Metro na sua cidade, mas também andava farto de ter que pagar a A23 e Lisboa não pagar nada daquilo que lá tinha. Prosseguiu dizendo que toda a gente gostava muito de falar do interior do País, da Descentralização, mas o interior continuava a pagar. E até entendia o porquê. Em Lisboa estavam três milhões e meio de votos. Na Lezíria estavam 800 mil. Valiam mais os 3 milhões e meio. E por isso, o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT disse querer estar fora de Lisboa e querer uma Regionalização, mas isso era uma opinião dele. Lisboa é Lisboa, o resto é paisagem.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (PSD)**, questionando se o passe social, que se estava a falar nesta Recomendação, seria o passe das pessoas que fazem de manhã e à tarde o movimento de um lado para o outro. Que vão para a escola, emprego, que vão e voltam. Normalmente era isso. Isso acontecia com mais facilidade nas grandes cidades. Na província existia uma carreira que não fazia isso tudo, e às vezes as câmaras pagavam a diferença das carreiras para os alunos e para as pessoas que tinham trabalhos com mobilidade. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que o que se queria era estender os passes sociais até Entroncamento ou Lisboa, que agora tinha uma disparidade de preços brutal. De Lisboa até Azambuja, por exemplo, o preço era um. Mas se fosse de Azambuja para uma aldeia limítrofe, podia pagar-se até sete vezes mais. Isto levava a outro problema que estava a surgir. Alertou para o facto do comboio estar a diminuir drasticamente o número de carruagens e havia pessoas que já nem conseguiam entrar no comboio. Havia também supressão de comboios. Assim, com a inserção de preços mais baratos, mais pessoas iriam aderir aos passes sociais e mais pessoas iriam andar de comboio para Lisboa. E isso não era exequível neste momento, por não haver comboios que cheguem. Não havendo comboio, as camionetas também não iriam resolver o problema.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, questionando os



senhores Deputados do PSD se a Recomendação era da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, da Lezíria no seu todo, ou da Assembleia Intermunicipal de Santarém.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, dizendo que onde se lia Assembleia Intermunicipal de Santarém poderia ler-se da Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo ou Assembleia Intermunicipal da CIMLT. Ficava o reparo para futuros documentos, usando-se uma só designação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que a Recomendação era redundante, porque deveria sempre seguir para o Conselho Intermunicipal.-----

--- Submetida à votação a **Recomendação “Redução dos passes sociais de transportes públicos para os utentes da Lezíria do Tejo”**, retirando o último parágrafo da mesma e substituindo “Assembleia Intermunicipal de Santarém” por “Assembleia Intermunicipal da CIMLT”, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 33;-----

--- Abstenções: 2.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, começando por dizer que vivíamos na Europa uma crise grave das Democracias. Apresentou, de seguida, a seguinte Moção: “Considerando que: - vivemos numa Europa ameaçada pelo autoritarismo, pelo racismo, pela xenofobia, pela violência da extrema direita proto-fascista e pelas ameaças à paz; - que a defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, do pluralismo democrático, da tolerância e da solidariedade são valores que há que defender e preservar; - que a democracia e as liberdades democráticas são realidades que não ficam imunes aos ataques que têm sido efetuados, como por exemplo no Brasil. A Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo vem manifestar a sua solidariedade para com os refugiados que têm sido rejeitados e perseguidos no Mediterrâneo, designadamente pelo governo italiano. Solidariza-se com as famílias das vítimas dos sucessivos naufrágios no Mediterrâneo. Manifesta também a sua vontade de defender, ativamente, a democracia e os valores democráticos, e os direitos humanos das sucessivas vagas de ataques que têm sofrido um pouco por todo o lado no mundo, mas com especial incidência na Europa, nos últimos tempos. Somos pela democracia, pelas liberdades democráticas e pelo respeito pelos direitos humanos, como valores universais da convivência em sociedade”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Fonseca Nobre (CDU)**, considerando que esta Moção suscitava alguma perplexidade. Não via expressa na Moção as causas desta crise da Democracia e dos atentados aos direitos humanos. Nesta Moção faltava o aprofundamento das



causas. Porque efetivamente as Democracias estavam em crise. Concluiu dizendo que talvez uma questão que devesse ser abordada era a política económica da zona Euro.-----

--- Submetida a votação a **Moção de Solidariedade para com os Refugiados**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 23;-----

--- Votos contra: 7;-----

--- Abstenções: 5.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, dizendo que a sua votação contra prendia-se acima de tudo com o facto do documento carecer de ser uma verdadeira Moção. Ele não era mais do que uma amálgama de palavras soltas, conjugadas em pretensas frases sem fundamento e com fim algum. Teoricamente pretendia falar nos refugiados, mas sem qualquer efeito e sem nexos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro (PSD)**, questionando o senhor Presidente sobre o ponto de situação do Canil Intermunicipal. Adiantou que em Azambuja estavam com um grave problema de excesso de animais. Falou também da questão das touradas. Sendo grande parte dos municípios da Lezíria do Tejo defensores da tauromaquia, o senhor Deputado solicitou que tomassem uma posição pública a favor da tauromaquia. Disse gostar que o Ribatejo viesse tomar uma posição pública em defesa da nossa cultura. Não era provocação nenhuma a ninguém. Gostava apenas que fosse apoiado pela CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, questionando se a Assembleia admitia alguma tomada de posição sobre a questão das touradas, genericamente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, dizendo que a Assembleia poderia discutir o assunto, mas não podia fazer uma tomada de posição sem a apresentação de algo por escrito, formalmente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, lembrando que qualquer Deputado podia pedir a palavra e falar. Ou seja, o senhor Deputado pretendia saber se era possível formular posição sobre um assunto em concreto. E era mais simples votar a hipótese de abrir ou não esta discussão. Se a Assembleia não se quisesse pronunciar passava-se à frente na Ordem de Trabalhos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que, relativamente ao Canil Intermunicipal, tinha havido por parte da CCDR o



envio de uma listagem sobre uma candidatura que a CIMLT tinha feito, para apoio a essa construção. Teria de ser analisada concretamente. Concluiu dizendo que era intenção da CIMLT que no primeiro trimestre de 2109 pudesse ser lançado o concurso público para a construção do mesmo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, reforçando, em nome do PSD, que esperava que ficasse registado em ata que defendia a tourada, a tauromaquia, como uma manifestação cultural, ribatejana, que apoiava, que defendia e que queria que fosse defendida pela parte da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, apresentando a seguinte tomada de posição: “Comemora-se no próximo domingo do 43º aniversário do 25 de novembro de 1975. O movimento conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema esquerda, e que determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português. Na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de abril de 1975, o 25 de novembro, ato singular irrepetível da nossa História, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária. O povo português soube na altura, não sucumbindo às manobras táticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade portuguesa, que podiam ter resvalado numa guerra civil, rejeitar com veemência uma visão autocrática e internacionalista de Portugal. O povo português conseguiu assim com firmeza romper com a Ditadura de 40 anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova Ditadura em sinal contrário. Esta viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou nos últimos 43 anos e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português. Neste contexto importa salientar o contributo de todos os partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento. É sob o signo desta unidade feita pela História que devemos celebrar uma vez mais o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua. Outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia. Viva o 25 de novembro, viva Portugal, vivam os portugueses”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, pedindo que fosse avaliada a possibilidade de ser constituída na Assembleia uma Comissão que elaborasse um documento em relação ao problema das touradas, que tinha sido referido. Um documento que pudesse servir para toda a Assembleia, para ser apresentado em instâncias superiores.-----

--- Submetida à votação a **criação de um Grupo de Trabalho sobre a Tauromaquia**, com a inclusão de



Handwritten signatures in red and blue ink.

um membro de cada uma das forças políticas representadas na Assembleia Intermunicipal da CIMLT, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 33;-----

--- Abstenções: 2.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, solicitando que cada Partido indicasse os seus representantes no Grupo de Trabalho.-

--- Assim, foram indicados os seguintes membros para o Grupo de Trabalho da Tauromaquia: Nuno Antão (PS); Manuel Couceiro (PSD); António Figueiredo (CDS-PP); e Francisco Colaço (BE). A CDU ficou de indicar um representante. O senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT solicitou ao senhor Deputado Nuno Antão (PS) que fizesse a Convocatória para a respetiva reunião do Grupo de Trabalho.-----

--- Passou-se de seguida à apreciação e votação da Ata da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 18 de abril de 2018.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado André Filipe Arraia Gomes (CDU)**, solicitando que fossem corrigidos dois erros. Nessa reunião tinha sido Vice-Presidente da Mesa e não Secretário. Para além disso, a página 26 referia 25 de abril de 1975, mas deveria referir 25 de abril de 1974.-----

--- Submetida à votação a **Ata da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 18 de abril de 2018**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Por não terem estado presentes na referida sessão, não votaram a Ata: Francisco Caneira Madelino, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão e José Francisco Correia Afonso Marouço.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, solicitando que fossem indicados os representantes para o Grupo de Trabalho de discussão das questões do Rio Tejo, tal como proposto e aceite na última Assembleia.-----

--- Assim, foram indicados os seguintes membros para o Grupo de Trabalho de discussão das questões do Rio Tejo: Mara Lagriminha (PS); Carlos Pauleta (CDU); Nuno Castelbranco (PSD); António Figueiredo (CDS-PP); e Francisco Colaço (BE). O senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT solicitou à senhora Deputada Mara Lagriminha (PS) que fizesse a Convocatória para a respetiva reunião do Grupo de Trabalho.-----

--- **ORDEM DO DIA**-----

--- Passou-se de seguida ao **1º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Atividade da Comunidade**



Handwritten signatures in red and blue ink.

Intermunicipal.-----



--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, mencionando as ciclovias, e dizendo que queria colocar-se no seu concelho, o do Cartaxo, cerca de 15 km de ciclovia. Tendo em atenção que existia um programa de promoção de mobilidade suave (ciclovias), perguntou se este programa se destinava também a cidades e centros urbanos ou se era um programa que tinha mais a ver com a ligação entre alguns pontos históricos e turísticos, ou entre concelhos. Quis, portanto, perceber um pouco mais sobre a promoção de mobilidade suave (ciclovias). Questionou também sobre a mobilidade de veículos elétricos. Quis saber se da parte da CIMLT existia algum programa ou eixo, nomeadamente para a promoção daquilo que era o uso de veículos elétricos e postos de carregamento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, fazendo uma questão sobre o Plano Intermunicipal de Segurança Rodoviária. O plano chegou a algumas conclusões, identificou pontos negros e recomendou um conjunto de intervenções para solucionar pontos negros. Aparecia agora uma outra proposta da criação de um observatório relativamente à segurança rodoviária. Na opinião do senhor Deputado, parecia que as conclusões a que se tinham chegado eram reduzidas. Um dos grandes problemas que tinham na região prendia-se com a EN118 e que urgia que se encontrasse uma alternativa. Era inaceitável que em alguns troços se circulasse num único sentido durante um período, como acontecia por exemplo na Chamusca. Era inaceitável que uma estrada desta natureza cruzasse os centros urbanos, com toda a carga de poluição sonora e atmosférica associada. Era urgente este problema fosse resolvido. Outra questão do senhor Deputado teve a ver com o facto de terem sido identificados os pontos negros, haver propostas de solução, mas não ter havido até à data concretização dessas soluções.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado André Filipe Arraia Gomes (CDU)**, pretendendo, sobre o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo, clarificar aspetos relativos a educação positiva, parentalidade positiva, academia de inteligência emocional, mindfulness e laboratório móvel. Quis saber como tudo estava a ser materializado, uma vez que parecia ser ambicioso demais, sobretudo pela forma como estava descrito. O senhor Deputado quis também saber, no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Lezíria do Tejo, se já existiam algumas medidas específicas que tivessem resultado deste Plano.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, pretendendo saber em que pé estava a situação dos transportes, na sequência da reunião tida no dia 21 de setembro com os operadores de transportes da região de Lisboa, para abordar questões relativas ao Caderno de Encargos para a concessão dos transportes públicos da Lezíria do Tejo. Quis também saber como



af. 


poderia ser articulado o trabalho dos profissionais que estavam a trabalhar nessa área na CIMLT com o trabalho da Comissão que tinha sido criada na Assembleia Municipal do Cartaxo, no sentido de transmitir ideias e sugestões, e que houvesse um trabalho em conjunto. Referiu que existiam carências graves no concelho do Cartaxo ao nível da mobilidade e queriam ver essas carências resolvidas e integradas no novo Plano, de acordo com as necessidades que viessem a detetar em trabalho de Comissão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por dizer que, em relação às ciclovias, eram ligações entre concelhos. Eram rotas turísticas, eram ecovias. Eram em várias áreas e ainda estavam a aguardar por financiamento. Em relação aos veículos elétricos e pontos de carregamento, efetivamente a CIMLT não tinha. O senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT sabia que várias câmaras tinham feito contactos para serem disponibilizados. Mas esta era uma rede nacional, que devia ser tratada como isso. Essa dita rede nacional tinha competências para a implementar. Em relação ao Plano Intermunicipal de Segurança Rodoviária referiu que havia um conjunto de pontos negros identificados, pontos negros esses que dependiam de intervenções das Infraestruturas de Portugal. Havia outros que dependiam das câmaras e tinham de ter essa intervenção. Mas havia algo que muito ajudava para esta situação. Tinha havido de uma forma geral em Portugal uma redução enorme de mortes nas estradas, fruto da rede de estradas, mas essa redução não era tão significativa sobretudo em ambiente urbano. Muito disso se devia ao facto de não haver alternativas e estradas nacionais que atravessassem as zonas urbanas. O futuro estava dependente de alternativas, sobretudo que fossem sustentáveis em termos de custos, para que as pessoas as pudessem utilizar. Lembrou ainda que a CIMLT tinha colocado como uma das prioridades para 2020-2030 a A13. Em relação ao Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo, o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT concordou que ele era ambicioso, até porque os problemas eram muitos. Se não fosse, eventualmente seriam criticados por estar a fazer mais do mesmo. Aquilo que a CIMLT tinha feito foi articular o Plano com os vários atores, nomeadamente com os Agrupamentos de Escolas, de forma a que pudesse estar integrado, e que todos tivessem sucesso. No que toca ao Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Lezíria do Tejo, o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT informou que estava em fase de conclusão e ainda não tinha muito mais a dizer. Em relação às reuniões sobre os Transportes, a CIMLT estava a desenvolver o Caderno de Encargos. A Comissão do Cartaxo podia fazer chegar à CIMLT, via Câmara, as sugestões que entendesse. Mas todos tinham de ter noção de que todos podiam querer mais. Mas mais podia implicar custos. Alertou para isso porque se cada um olhasse



af.

para o seu Concelho dizendo que queria mais isto e mais isto, o bolo global iria ter de ser pago por alguém. Também nesta matéria não havia dinheiro para as indemnizações compensatórias. Em suma, estavam disponíveis para ouvir, mas tendo em atenção que muitas das vezes não havia mais frequência de transportes, por questões de cariz económico.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, questionando sobre o ponto de situação do Hospital Distrital de Santarém. Era uma questão que preocupava o PSD, porque, depois do fecho de um bloco operatório, tinha agora acabado com a unidade coronária. Como se não bastasse, o próximo Orçamento de Estado alegadamente iria tirar verbas a este Hospital. Outra questão do senhor Deputado teve a ver com a situação financeira do Instituto Politécnico de Santarém, que seria preocupante, com um défice de cerca de 2 milhões de Euros. Nesta parte, questionou se o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT tinha tido algum acompanhamento e qual o resultado desse acompanhamento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que, relativamente ao Instituto Politécnico de Santarém, à CIMLT não tinha sido reportado nenhum problema. Se ele existia não tinha sido falado com a CIMLT. Sobre o Hospital Distrital de Santarém, informou que no último Conselho Intermunicipal da CIMLT tinha estado presente a Administração do Hospital. O senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT disse ter ficado contente com a forma como estão a trabalhar e a abordar os temas. Em relação às verbas propriamente ditas, a informação que tinha tido era que isso não seria bem assim, que não correspondia à verdade, mas não se tinham adiantado mais pormenores. Em relação ao próprio Hospital, o Hospital tinha autorização para contratar médicos. Mas não havia disponíveis para a unidade coronária. Acrescia o facto dos médicos que aí estavam, ou pela idade ou por terem ido para o privado, saíram e a unidade deixou de ter condições. Perante isto, na opinião do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT haveria necessidade de atrair médicos e para isso o Hospital teria de ser atrativo a eles. Em segundo lugar, o Estado teria de enfrentar o facto da concorrência privada estar a criar um problema grave ao Serviço Nacional de Saúde. Alguém teria de pensar nisto a sério um dia. Por fim, referiu que depois da reunião com a Administração do Hospital Distrital de Santarém, a CIMLT pediu uma reunião com o Ministério da Saúde. Estavam à espera de marcação. Concluiu dizendo que, daquilo que dependesse dele, se na próxima reunião do Conselho Intermunicipal ainda não estivesse marcada reunião com o Ministério da Saúde, estaria disponível para tomar alguma medida que chamasse a atenção. Não estava disponível para ver esta situação do Hospital Distrital de Santarém, que na sua opinião tinha três culpados: PS, PSD e CDS tinham muita culpa disto, porque mais uma vez eram província. E pode acontecer tudo à província.-----



--- Passou-se de seguida ao **2º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta da Conferência de Representantes dos Grupos da Assembleia Intermunicipal da CIMLT para alteração do artigo 39.º do Regimento da Assembleia Intermunicipal.**-----

--- Submetidos à votação a **proposta da Conferência de Representantes dos Grupos da Assembleia Intermunicipal da CIMLT para alteração do artigo 39.º do Regimento da Assembleia Intermunicipal**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida ao **3º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2017.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, questionando sobre o processo que corre desde 2007 sobre as Águas do Ribatejo, e que poderia envolver alguns milhões. Quis saber o que estava previsto, caso esse processo caísse neste exercício, como se previa resolver o pagamento dessa indemnização.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que a CIMLT não tinha sido condenada nem contava ser. Se isso acontecesse, a CIMLT ainda iria recorrer ao Tribunal Constitucional. Assim, julgava não haver motivo para preocupação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, dizendo que tudo o que se tinha passado desde 2007 nos Tribunais tinha sido a favor da CIMLT.-----

--- Submetido à aprovação o **3º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2017**, o mesmo foi **APROVADO POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida ao **4º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2018 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.**-----

--- Não havendo pedidos de intervenção, passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

--- Passou-se de seguida ao **5º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Orçamento para 2019, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2019-2022 e Mapa de Pessoal para 2019 e de Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos**



Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2019-2022.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, lamentando que não tivesse sido dada mais uma vez uma pequena informação sobre os pontos em concreto, para ficarem mais elucidados sobre o conteúdo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, dizendo que a CIMLT tinha cumprido com todas as questões legais de informar a Assembleia. Tinha, por isso, dificuldade em perceber o que pretendiam que se dissesse mais. Na opinião do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT não seria possível dar muito mais informações no próprio documento em si. Mas estava disponível para esclarecer qualquer um dos pontos do documento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, questionando sobre o ponto de situação dos Planos Comunitários contratualizados, por exemplo o Cultura Mais, de promoção da cultura da região.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que ainda não tinha saído nenhum Aviso do Portugal 2020, do POISE, relativamente ao Cultura Mais ou Idade Mais. Adiantou que a CIMLT tinha alinhavada uma Candidatura para o que dizia respeito aos diagnósticos sociais e também ao apoio às pessoas mais idosas. Tinha um programa nessa área, mas estava a aguardar que saíssem Avisos. Relativamente às questões do FEDER, informou que a CIMLT estava a executar a Contratualização e estava no top 10 de execução do País. Lembrou que o Portugal 2020 tinha começado muito atrasado. Mas julgava que no início do primeiro trimestre do 2019 iriam discutir uma reprogramação e esperava que houvesse mais verbas para a Lezíria, nomeadamente em áreas de investimento de natureza municipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, fazendo um apelo ao senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT para ajudar a desbloquear o Cultura Mais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, dizendo que ao longo dos anos a postura da CIMLT tinha sido naturalmente a de, sempre que seja possível, pressionar para que houvesse mais recursos ou que os próprios Avisos fossem abertos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, frisando que esta Comunidade era das mais dinâmicas a nível nacional e tinha tido ao longo dos anos uma capacidade de interligação intermunicipal. No Cultura Mais podia também haver



uma intervenção inter-regional forte. E acreditava que a CIMLT iria continuar a manifestar o seu dinamismo também nesta matéria. Já o Governo Central, na vertente imaterial e do Fundo Social Europeu, estava a receber queixas constantes das CIM de todo o País nesta matéria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que, na área cultura, a CIMLT tinha assinado há pouco tempo um protocolo com a DGLAB e Ministério da Cultura, para a criação da Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Lezíria do Tejo, e tinha analisado a possibilidade de alguns eventos culturais poderem ser comprados em pacote. Não era uma coisa fácil de fazer, mas era algo que com apoios comunitários podia vir a ser pensado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, pretendendo saber, relativamente ao ponto da Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Lezíria do Tejo, no objetivo específico 2 e 3, se era uma candidatura a um Fundo Comunitário, ou se era um programa que já estava em execução. Solicitou que lhe explicassem como iria ser operacionalizado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, informando que neste âmbito tinha sido assinado o protocolo com a DGLAB e o Ministério da Cultura. Tinha sido criado um grupo de trabalho com as Bibliotecas da Lezíria do Tejo, houve algumas câmaras que sugeriram isso, foi proposto ao Conselho Intermunicipal da CIMLT, as reuniões do grupo de trabalho iniciaram-se e culminaram na assinatura deste protocolo e em mais um conjunto de intervenções na área das bibliotecas. O senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT concluiu dizendo que o facto de todos quererem remar no mesmo sentido fez com que tudo isto fosse possível.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, dizendo que já tinha sido constituída a Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Lezíria do Tejo e que esta já tinha reuniões regulares. Através da DGLAB, que tem um programa chamado PADES, poderia haver financiamento a algumas componentes desenvolvidas pelas bibliotecas, como TICs e Coleção. Assim, o grupo de trabalho estava naquele momento a elaborar uma candidatura para o PADES. Referiu ainda que a CIMLT ia também tentar entrelaçar este projeto das bibliotecas com o projeto do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo (PiiCiE LT), no sentido da biblioteca poder ser complementar às iniciativas desenvolvidas pelo PiiCiE LT.-----

--- Submetido à votação o **Orçamento para 2019 (parte integrante do 5º Ponto)**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 26 (PS, PSD e CDS-PP);-----



--- Votos contra: 8 (CDU);-----

--- Abstenções: 1 ((BE).-----

--- Submetido à votação o **Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2019-2022 e Mapa de Pessoal para 2019 (parte integrante do 5º Ponto)**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 26 (PS, PSD e CDS-PP);-----

--- Votos contra: 8 (CDU);-----

--- Abstenções: 1 ((BE).-----

--- Submetido à votação o **Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2019-2022 (parte integrante do 5º Ponto)**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, dizendo que, sobre o Ponto 5, a votação tinha sido feita desta forma em virtude da filosofia que estava subjacente ao Plano e ao Orçamento, de se dirigir no sentido do alargamento das competências da CIMLT, por delegação quer de competências do Governo, quer de competências das Câmaras. Em relação a esta matéria, era uma matéria que, segundo o senhor Deputado, obrigava a muitos cuidados. As competências que eram descentralizadas, normalmente não eram acompanhadas com a almofada financeira devida e que permitia fazer frente, e naturalmente que isto criava problemas a jusante. A CDU entendia que a Descentralização devia ser feita por via daquilo que a Constituição indicava e que nunca tinha sido cumprido, através da constituição de regiões administrativas. O alargamento que estavam a verificar das competências e do quadro de pessoal evidenciava um crescimento exponencial com o qual não podiam nestas condições aceitar. Não era assim que se fazia a Descentralização, nem sequer havia condições para acompanhar a atividade que era desenvolvida pelas Comunidades Intermunicipais. Por exemplo, não era com duas reuniões por ano desta Assembleia que se podia acompanhar o trabalho desenvolvido pela CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, pedindo autorização à Assembleia para prosseguir os trabalhos, uma vez que já passavam 4 minutos das 0h00.-----

--- Com a autorização da Assembleia prosseguiu-se para o **6º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Segunda Revisão ao Orçamento para 2018, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2018-2021, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas.**-



--- Submetido à aprovação o 6º Ponto da Ordem do Dia - **Apreciação e Votação de Proposta de Segunda Revisão ao Orçamento para 2018, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2018-2021, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas**, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 34 (PS, PSD, CDU e CDS-PP);-----

--- Abstenções: 1 (CDS-PP).-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, propondo à Mesa debruçar-se efetivamente sobre a orgânica do funcionamento da Assembleia, no sentido em que um ponto que era sujeito a votação devia ser um ponto da Assembleia. E não em bloco. Nomeadamente quando votavam o Orçamento. Também no Ponto 6 não via na documentação entregue o documento de autorização.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, considerando que tal podia melhorar-se. O objetivo era sempre facilitar. Sobre a outra questão, a assunção dos compromissos plurianuais não tinha de ser nenhum documento.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, solicitou de seguida que fosse apreciada e votada a Minuta da Ata da Sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 21 de novembro de 2018, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, desejou a todos um bom regresso a casa. E como não ia haver reunião antes do 1 de dezembro, fez uma intervenção favorável a quem tinha sido capaz de recuperar o feriado do 1 de dezembro. Porque só havendo um 1º de dezembro podia haver um 25 de novembro. De seguida declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- PRESIDENTE DA MESA _____ 

--- VICE-PRESIDENTE DA MESA _____ 

--- SECRETÁRIA DA MESA _____ 

